



**Centro Universitário de Brasília
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD**

**NA GUERRA ENTRE COTEXTO E CONTEXTO, UMA LETRA FAZ A DIFERENÇA:
as emendas de redação no texto legislativo**

Sabrina Dominique Dias Mancio*

RESUMO

As emendas de redação no texto legislativo têm, em tese, a função de promover ajustes redacionais sem alterar a substância do projeto. Ou seja, estariam relacionadas apenas ao cotexto. Mas a análise do contexto pode revelar outros interesses envolvidos na produção dessas emendas. Este artigo tem o objetivo de analisar se as emendas de redação em textos legislativos modificam somente o texto, sem alterar o teor do projeto, ou promovem mudanças semânticas. Além disso, pretende-se descobrir quais disputas ideológicas estão envolvidas na redação final de uma lei. Para tanto, foi feita uma análise qualitativa das emendas de redação que o PLC nº 186/2015, conhecido como Lei de Repatriação de Recursos, recebeu durante a tramitação no Senado, com base em conceitos do Processo Legislativo e da Linguística. Das 10 emendas de redação propostas, observou-se que 9 delas apresentam indícios de terem sido motivada por fatores extraverbiais, notadamente políticos. Conclui-se, então, que as emendas de redação não são propostas apenas para ajustes linguísticos, mas atendem a outros interesses.

Palavras-chave: Emendas de redação. Texto legislativo. Semântica.

* Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Língua Portuguesa – Revisão de texto: gramática, linguagem e a construção/reconstrução do significado, sob orientação da Prof. Drª. Solange de Carvalho Lustosa. A autora é graduada em Comunicação Social/Jornalismo (2004) pela Universidade Federal do Paraná e jornalista concursada do Senado Federal desde 2011.

1 INTRODUÇÃO

O texto legislativo, inserido no processo legislativo brasileiro, comunga de muitas características de outros tipos textuais. Porém, como uma lei influencia a vida de toda uma população, a semântica deve ser, em tese, exata, sem dar margem a ambiguidades. Uma lei bem redigida não concede benefícios nem retira direitos indevidos; é, por assim dizer, justa. Por outro lado, uma lei mal redigida pode trazer prejuízos irreparáveis. Portanto, mais do que em qualquer outro tipo, o texto de uma lei precisa ser revisado cuidadosamente, com afinco, para que a redação final condiga com o objetivo dos parlamentares que a aprovaram.

O processo de confecção de um texto legislativo se inicia, frequentemente, com a proposição de um projeto de lei por um parlamentar. O texto tramita por comissões temáticas e pelo Plenário da Casa Iniciadora – no âmbito federal, se o autor é Senador, no Senado; se Deputado Federal, na Câmara. Depois, segue rito semelhante na Casa Revisora – Câmara ou Senado, respectivamente. Os parlamentares podem, a qualquer tempo, apresentar emendas. A Câmara dos Deputados define, em seu glossário, que emenda é a “proposição apresentada como acessória de outra, destinada a alterar a forma ou conteúdo da principal, podendo ser supressiva, aglutinativa, substitutiva, modificativa ou aditiva.”. O que vai servir de objeto de estudo neste trabalho são as emendas de redação, definidas pelo glossário da Câmara dos Deputados como “espécie de emenda modificativa que objetiva sanar vício de linguagem, incorreção de técnica legislativa ou lapso manifesto da proposição”; ou seja, as emendas de redação não alteram o teor do texto legislativo, apenas se destinam a fazer uma revisão textual. Quando a Casa Revisora modifica o projeto com emendas “normais”, o texto volta à Casa Iniciadora para uma nova votação. Se não houver mudança de teor, como ocorre com uma emenda de redação, não há necessidade de retorno desse texto à Casa Iniciadora. Então, dependendo de interesses políticos, uma emenda “comum” que promova mudanças sutis em um texto e esteja “disfarçada” de emenda de redação pode se mostrar mais interessante. Neste trabalho, a intenção é tentar desvendar as disputas ideológicas envolvidas na redação final de uma lei e destacar a importância de se fazer uma revisão adequada do texto legislativo.

As emendas de redação costumam ser encaradas com pouca seriedade, já que não mudam a “essência” do texto legislativo – funcionariam praticamente como um cosmético, um verniz que mexe só na camada externa da proposição. Porém, quando investigamos a fundo esse tipo de emenda e a sua aplicação prática, podemos perceber que alterações aparentemente insignificantes podem causar transformações bastante significativas no texto. Como seria esse processo? As emendas de redação em textos legislativos modificam somente o texto, sem alterar o teor do projeto, ou promovem mudanças semânticas? Quais os interesses estão envolvidos na redação final de uma lei? Quais os recursos de linguagem que estão envolvidos nessa situação? A busca dessas respostas é fio guia deste trabalho, o motivador da pesquisa.

Para alcançar esses objetivos, foi realizada uma análise qualitativa das emendas de redação que o Projeto de Lei da Câmara nº 186/2015, conhecido como Lei de Repatriação de Recursos, recebeu durante a tramitação em uma comissão e no Plenário do Senado, tomando como referencial os autores citados na revisão bibliográfica. A análise tenta desvendar os significados implícitos das emendas de redação e busca construir as técnicas de revisão necessárias para que a redação final do texto legislativo seja o mais precisa possível. É importante aproximar o processo legislativo da população – e desvendar interesses ocultos travestidos de simples mudanças textuais pode ser um caminho para que a cidadania seja exercida de maneira mais efetiva por pessoas de todas as classes sociais, principalmente aquelas que não têm facilidade de interpretação de um texto legislativo.

O presente trabalho foi então estruturado nas seguintes seções: na seção dois apresentam-se os conceitos relativos ao processo legislativo, para que compreendamos o caminho que o texto percorre desde a ideia até a sanção; na seção três, encontram-se teorias linguísticas que apoiam a análise qualitativa das emendas de redação; na seção quatro, estão a descrição e a análise dos dados recolhidos; e, por fim, na quinta seção estão as considerações finais da pesquisa.

2 PROCESSO LEGISLATIVO

Para contextualizar o tema central deste trabalho, as emendas de redação no texto legislativo, será necessário explicar procedimentos inerentes ao processo legislativo brasileiro. Para isso, serão tomados como base a Constituição Federal – CF (BRASIL, 1988), pois a Carta Magna brasileira é quem dita os princípios do processo legislativo em nosso país, e os Regimentos Internos do Senado Federal (BRASIL, 2007) e da Câmara dos Deputados (BRASIL, 2015), que fornecerão informações mais detalhadas sobre os ritos exigidos na confecção de uma lei, desde a ideia até a redação final.

A Constituição Federal (BRASIL, 1988) estabelece, em seu art. 59, que o

processo legislativo compreende a elaboração de:

I – emendas à Constituição;

II – leis complementares;

III – leis ordinárias;

IV – leis delegadas;

V – medidas provisórias;

VI – decretos legislativos;

VII – resoluções.

Parágrafo único. Lei complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

No art. 61, a Constituição (BRASIL, 1988) também prevê que

A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

O art. 64 (CF, BRASIL, 1988) dispõe que “a discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início na Câmara dos Deputados” e mais adiante, no art. 65, define-se que “o projeto de lei aprovado por uma Casa será revisto pela outra, em um só turno de discussão e votação, e enviado à sanção ou promulgação, se a Casa revisora o aprovar, ou arquivado, se o rejeitar.”. Se houver emendas, o projeto volta à Casa iniciadora – no caso, à Câmara dos Deputados.

Depois de concluída a votação do texto na Câmara e no Senado, o projeto de lei deve ser enviado ao Presidente da República, que pode sancioná-lo ou vetá-lo, parcial ou totalmente, de acordo com o art. 66 da CF (BRASIL, 1988). O veto parcial deve abranger “texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.” (CF, art. 66 § 2º). Cabe ao Congresso Nacional, em uma reunião conjunta de Senadores e Deputados Federais, apreciar o veto – mantê-lo ou derrubá-lo.

2.1 Emendas

O Regimento Interno do Senado Federal é omissivo na definição do termo *emenda*. O Regimento Interno da Câmara dos Deputados, no art. 118, define que “emenda é a proposição apresentada como acessória de outra, sendo a principal qualquer uma dentre as referidas nas alíneas ‘a’ a ‘e’ do inciso I do art. 138” (a saber: propostas de emenda à Constituição, projetos de lei ordinária, projetos de lei complementar, projetos de decreto legislativo, com indicação da Casa de origem, e, por fim, projetos de resolução). O dicionário *online* Priberam traz um significado mais simples: “proposta (parlamentar) que altera outra em parte”.

2.2 Emendas de redação

A Câmara dos Deputados define esse tipo de emenda em seu Regimento Interno (BRASIL, 2015), no art. 118, como “espécie de emenda modificativa que objetiva sanar vício de linguagem, incorreção de técnica legislativa ou lapso manifesto da proposição”. O Regimento Interno do Senado Federal (BRASIL, 2007), mais uma vez, é omissivo quanto a essa definição. A única menção à emenda de redação está no art. 234, que determina que “a emenda que altere apenas a redação da proposição será submetida às mesmas formalidades regimentais de que dependerem as pertinentes ao mérito.”. O parágrafo único ainda especifica que, “quando houver dúvidas sobre se a emenda apresentada como de redação atinge a substância da proposição, ouvir-se-á a Comissão de Constituição, Justiça e

Cidadania.”. Ou seja, o legislador teve a preocupação, presente neste trabalho, de que as emendas de redação não devem interferir no mérito do texto.

2.3 Redação legislativa

Rui Barbosa (1966, p. 905 apud CASTRO, 1998, p. 126) já constatava, por ocasião da redação do Código Civil de 1916, a importância de uma linguagem menos pomposa:

São as codificações monumentos destinados à longevidade secular. E só o influxo da arte comunica durabilidade à escrita humana, só ele marmoriza o papel, e transforma a pena em escopro. Necessário é, portanto, que, nessas grandes formações jurídicas, a cristalização legislativa apresente a simplicidade, a limpidez e a transparência das mais puras formas da linguagem, das expressões mais clássicas do pensamento. [...] O teor verbal de um código há de ser irrepreensível. Qualquer falha na sua estrutura idiomática assume proporções de deformidade. Esses trabalhos, em cada um dos quais se deve imprimir o selo de uma época e a índole de um povo, são feitos para longas estabilidades. Mas a limpidez da linguagem é o verniz que preserva de corromperem-se as criações da pena.

Podemos observar que a própria Constituição, quando traz à tona os pilares do processo legislativo, já se encarrega de reforçar a importância que a redação do texto legislativo possui, pois prevê que uma lei complementar disporá sobre este assunto, entre outros. Ou seja, é preciso estabelecer princípios e parâmetros para que as leis sejam redigidas de forma adequada a atender os interesses do público-alvo final: a população brasileira. Freire (2002, p. 228) recorre a Bobbio (1996, p. 84-88) para explicar:

A clareza e a precisão da norma jurídica constituem exigência do próprio Estado Democrático de Direito, pois neste, segundo lembra Norberto Bobbio, ‘nada pode permanecer confinado no espaço do mistério, devendo ser oferecida ao cidadão a possibilidade de colocar os próprios olhos nos negócios que lhe dizem respeito e de deixar o mínimo de espaço ao poder invisível’.” (BOBBIO, 1986, 84-88 apud FREIRE, 2002, p. 228).

Castro (1998, p. 121) aprofunda a necessidade de uma redação legislativa sem vícios, ressaltando os diversos interesses envolvidos:

Se a linguagem literária, na ficção e na poesia, fez dessa incerteza o lugar mesmo de sua invenção, a linguagem da lei, ao contrário, quer de todo

modo livrar-se da dúvida, cobrir as brechas por onde vaza a insinuação. No combate tortuoso em que o inimigo é a própria língua, é preciso filtrar o termo, medir-lhe a semântica, calcular o desvio de cada palavra na sintaxe dura que se espreme entre a política, a lógica e a sensibilidade.

A Lei Complementar nº 95/98 foi editada para suprir a lacuna normativa no que diz respeito à redação das leis. A norma jurídica que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis estava prevista no parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), citado no princípio desta seção. A LCP¹ nº 95/98 estabelece normas para a consolidação dos atos normativos mencionados, a saber: emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, decretos legislativos e resoluções. Em seu art. 11, a lei supracitada determina que “as disposições normativas serão redigidas com clareza, precisão e ordem lógica”.

Para que a clareza seja atingida, recomenda-se: usar palavras e expressões no sentido mais comum, a menos que um vocabulário técnico seja requerido pelo tema da lei; usar frases curtas e concisas; usar a ordem direta, evitando adjetivos e neologismos; uniformizar o tempo verbal do texto, dando preferência ao presente ou ao futuro simples do presente; e usar os recursos de pontuação de forma correta.

No que tange à precisão, as orientações são as seguintes: usar a linguagem da maneira mais apropriada para que o conteúdo seja claro; evitar o uso de sinônimos como recurso de estilo, dando preferência à repetição de termos; evitar palavras ou expressões ambíguas; evitar expressões locais ou regionais; usar siglas somente se forem muito conhecidas e, mesmo assim, fazer referência ao significado na primeira vez em que a expressão aparecer no texto; grafar numerais e percentuais por extenso, à exceção de datas e números de lei; e indicar expressamente o dispositivo que for objeto de remissão, evitando usar expressões como “anterior” ou “seguinte”.

Por fim, quanto à obtenção de ordem lógica, seguem as recomendações: reunir apenas as disposições relacionadas com o objeto da lei nas categorias de agregação subseção, seção, capítulo, título e livro; restringir o conteúdo de cada artigo da lei a somente um assunto; usar parágrafos para explicar os aspectos

¹ Lei Complementar

complementares ao caput e as exceções à regra; e por fim, usar incisos, alíneas e itens para fazer enumerações.

Castro (1998, p. 135) ressalta a importância de se levar em conta os fatores de natureza linguística e extralinguística que estão envolvidos na elaboração do texto legislativo.

Muito antes, tendo em vista a importância que tem no conjunto das relações sociais e a diversidade de atores que atuam na sua confecção, imposições e limites de toda ordem o prefiguram e acabam transformando o trabalho do redator numa árdua e dificultosa experiência de diplomacia com as palavras: eis aí o lugar da criatividade. O texto legal se constrói em um domínio de delicada interlocução entre injunções de ordem jurídica, política e administrativa, que a habilidade técnica e a inspiração linguística tentam administrar. Tais injunções são exatamente os fatores que vão condicionar a redação da lei, imprimindo **marcas visíveis em seu texto**: na sintaxe, na semântica, no vocabulário, na estrutura. (grifo do autor).

Por fim, Dickerson (1954, p. 37) ressalta a indissociabilidade da relação forma-conteúdo e traz mais fatores essenciais à redação e formatação das leis: “o importante na redação da lei é dizer o que se quer com precisão, coesão, clareza e concisão. [...] A forma é importante para a substância, porque a ambiguidade e a expressão confusa comprometem os objetivos da legislação.”.

Então, apoiando-nos nessa teoria sobre redação legislativa, selecionamos os seguintes tópicos que serão analisados nas emendas de redação sugeridas no texto original do PLC 186/2015, apelidado de “Lei de Repatriação de Recursos”, durante a tramitação no Senado: a sintaxe, a semântica, o vocabulário e a estrutura, observando-se a coesão, a coerência, a clareza e a precisão.

Para fazer essa análise textual, faz-se necessário nos apoiarmos em conceitos da Linguística.

3 LINGUÍSTICA

3.1 Gênero, domínio e tipo textuais

Para ajudar na compreensão das características do gênero lei, é importante ter em mente as premissas de Luiz Antônio Marcuschi (2008), que concebe o gênero textual como prática social. Na concepção de Marcuschi (2008),

gêneros textuais são considerados manifestações linguísticas socioculturais que ocorrem em situações comunicativas quotidianas, podendo ser construções escritas, orais, verbais e não-verbais, sendo qualificados como um inventário aberto com inúmeras possibilidades textuais e discursivas. Na ótica do autor, o gênero não se vincula apenas à literatura, mas serve “para se referir a uma categoria distintiva de discurso de qualquer tipo, falado ou escrito, com ou sem aspirações literárias”. (MARCUSCHI, 2008, p. 147).

Os gêneros são potencialmente infinitos. Bronckart (2001 apud Marcuschi, 2008, p. 156) explica que os gêneros, “na produção textual, condicionam a escolhas que não podem ser totalmente livres nem aleatórias, seja sob o ponto de vista do léxico, grau de formalidade ou natureza dos temas”. Com isso, a produção escrita é limitada pelo gênero textual. Devitt (1997 apud Marcuschi 2008, p. 156) diz que o gênero “impõe restrições e padronizações, mas por outro lado é um convite a escolhas, estilos, criatividade e variação”.

Marcuschi (2008) aprofunda a discussão sobre a análise textual com a abordagem dos pressupostos referentes ao domínio discursivo, que é entendido como

uma esfera da vida social ou institucional (religiosa, jurídica, jornalística, pedagógica, política, industrial, militar, familiar, lúdica etc.) na qual se dão práticas que organizam formas de comunicação e respectivas estratégias de compreensão. Assim, os domínios discursivos produzem modelos de ação comunicativa que se estabilizam e se transmitem de geração para geração com propósitos e efeitos definidos e claros. (MARCUSCHI, 2008, p. 194).

Nesse sentido, o domínio discursivo abrange não apenas um gênero textual, mas contempla vários deles em determinado processo comunicativo. Logo, o domínio discursivo “constitui práticas discursivas nas quais podemos identificar um conjunto de gêneros textuais que às vezes lhe são próprios ou específicos como rotinas comunicativas institucionalizadas e instauradoras de relações de poder”. (MARCUSCHI, 2008, p. 155).

Seguindo as abordagens sobre os elementos que constituem o discurso, o autor define também os tipos textuais. Para ele,

tipo textual designa uma espécie de construção teórica {em geral uma sequência subjacente aos textos} definida pela natureza linguística de sua composição... O tipo caracteriza-se muito mais como sequências

linguísticas (sequências retóricas) do que como textos materializados; a rigor, são modos textuais. (MARCUSCHI, 2008, p. 154).

Assim, os tipos textuais se diferenciam dos gêneros: enquanto estes abrangem uma grande variedade de elementos discursivos, aqueles são um conjunto limitado, apresentando apenas as categorias – narração, argumentação, exposição, descrição e injunção.

A tipologia textual mais adequada nesse caso é a injuntiva, já que uma lei dita ordens à população. De acordo com as definições de Marcuschi (2008, p. 195), o texto legislativo se encaixa no domínio discursivo “jurídico” e no gênero textual “lei”, o que, por si só, já exige uma certa formalidade – ao contrário, por exemplo, do domínio discursivo “lazer”, com gênero “piada”. As consequências de um texto jurídico mal elaborado podem gerar danos irreparáveis. Já uma piada mal contada pode, no máximo, provocar uma expressão de descontentamento no interlocutor. Por isso, no momento em que a redação final de um texto legislativo é aprovada, um trabalho intenso de revisão textual já deve ter sido efetuado nos bastidores, para garantir que a lei não seja criada com um objetivo diferente do que foi inicialmente pensado.

3.2 Coesão

O conceito de coesão também se revela muito importante. Para Koch (2015, p. 47), a coesão é responsável por unir os elementos no nível da superfície textual. Ela pode ser percebida pelo uso de “marcas linguísticas, índices formais na estrutura da sequência linguística e superficial do texto, o que lhe dá um caráter linear, uma vez que se manifesta na organização sequencial do texto” (KOCH, 2015, p. 47). Os elementos coesivos têm a missão de conectar as várias partes do texto, o que confere a eles um caráter sintático e gramatical; a coesão pode também ser semântica, já que, em algumas situações, “os mecanismos coesivos se baseiam numa relação entre os significados de elementos da superfície do texto” (KOCH, 2015, p. 47).

3.3 Coerência

A coerência está intimamente ligada à coesão, mas não é exposta, e, sim implícita no texto. Koch (2015, p. 21) diz que a coerência “está diretamente ligada à possibilidade de se estabelecer um sentido para o texto, ou seja, ela é o que faz com que o texto faça sentido para os usuários”. Está relacionada à possibilidade de interpretação, à inteligibilidade do texto numa situação comunicativa e à capacidade do receptor de entender o sentido do texto; é preciso levar em conta que esse sentido é relacionado ao texto todo – a coerência deve ser global. Se as partes componentes forem coerentes, mas não coerentes entre si, o todo torna-se incoerente.

3.4 Semântica

Com relação à significação dos enunciados, Bréal (1897 apud Guimarães, 1995) levanta dois aspectos fundamentais no que tange à semântica:

- 1) as questões relativas à significação devem ser consideradas de acordo com o emprego das palavras, não pela via etimológica;
- 2) não se pode analisar somente a palavra isolada, mas sim considerá-la em conjunto com outras palavras, nas frases do discurso. Bréal (1883 apud Guimarães, 1995) comenta esse item.

Considera-se em demasia as palavras isoladamente. É muito fácil tomar uma palavra à parte e traçar sua história, como se ela não tivesse sido coagida, realçada, ligeiramente nuançada ou completamente transformada pelas outras palavras do vocabulário, no meio das quais ela se encontra colocada e das quais recebe a influência próxima ou longínqua. Tomar uma palavra à parte é um método quase tão artificial quanto dar, como se é obrigado fazer em fonética, a história de uma vogal ou de uma consoante. As letras não têm existência senão nas palavras, as palavras não têm existência senão nas frases.

Os aspectos citados por Bréal (1897 apud Guimarães, 1995) serão de grande valia na análise das emendas de redação – principalmente quando há uma “simples” mudança de um termo para outro, sob a alegação de que é uma troca puramente gramatical, quase estética. Ora, se o significado da palavra se constrói

justamente na sua relação com as demais, a troca de um termo não pode deixar de ser significativa.

3.5 Cotexto e contexto

O repositório multimídia *online* Infopedia define *cotexto* como “conjunto de sequências linguísticas que precedem ou que se seguem a uma palavra ou um enunciado na linearidade textual; contexto verbal”.

Já *contexto* recebe a seguinte definição: “conjunto de elementos linguísticos e não linguísticos que rodeiam um texto ou discurso”. O *contexto extraverbal*, que pode ser considerado uma espécie de sinônimo de *contexto*, é a “totalidade das circunstâncias exteriores à língua (ambiente físico da enunciação, fatores históricos, sociais, culturais, etc.) que possibilitam, condicionam ou determinam um ato de enunciação e respetiva interpretação”.

Faulstich e Rocha (1997, p. 28 apud ISQUERDO, 2007, p. 252-253) especificam três tipos de contexto. O primeiro, *contexto linguístico* ou *cotexto*, são as “informações linguísticas que auxiliam no contexto do enunciado”; o segundo é o *contexto situacional*: “informações extralinguísticas referentes às condições de produção do enunciado, como, por exemplo, eventos, normas de interação, intencionalidade”, entre outras; por fim, o terceiro é o *contexto cultural*, que é definido pelas autoras como o conjunto de “informações de caráter mais abrangente que situam o enunciado num complexo cultural e ideológico, com determinados valores simbólicos, do qual os falantes necessariamente fazem parte.”.

Para a análise dos interesses que podem estar envolvidos por trás das emendas de redação, é importante levar o cotexto em conta – o texto puro, as palavras escritas no papel. Mas ainda mais importante é analisar os contextos situacional e cultural, apoiando-nos nas definições de Faulstich e Rocha, que afirmam que as informações extralinguísticas são tão fundamentais ao discurso quanto as informações linguísticas. Ao basear nossa análise na combinação de cotexto e contexto, poderemos extrair informações mais completas sobre o teor das emendas de redação.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção, serão descritas e analisadas as emendas de redação propostas durante a tramitação do PLC nº 186/2015 no Senado Federal, de acordo com a base teórica levantada previamente, para tentar desvendar os significados implícitos dessas emendas. A opção pela análise qualitativa dos textos modificados se deu para que pudéssemos estudar em profundidade as mudanças efetuadas no contexto e suas implicações semânticas contextuais. A ficha de análise dos dados teve que ser elaborada pela autora para que se adequasse aos objetivos da pesquisa, já que não foi encontrado nenhum modelo similar na revisão de literatura.

Destacamos que, por escolha metodológica, foram descartadas as emendas de redação que se destinavam apenas a renumerar itens em função do acréscimo de incisos. Além disso, todos os grifos já estavam presentes nos textos – apenas os realces são desta autora. Antes de prosseguir na análise dos dados, ressalta-se a justificativa genérica para as emendas de redação propostas a seguir, de acordo com o parecer de Plenário do senador Walter Pinheiro²:

Examinando o teor do texto enviado pela Câmara dos Deputados a esta Casa, verificamos a necessidade dos ajustes de redação ao texto nela aprovado, visando a cumprir o que determina o art. 11, inciso II, “b” da Lei Complementar nº 95, de 1998, segundo o qual as disposições normativas serão redigidas com clareza, precisão e ordem lógica, observadas, para esse propósito, para a obtenção de precisão, “expressar a ideia, quando repetida no texto, por meio das mesmas palavras, evitando o emprego de sinonímia com propósito meramente estilístico”.

Ficha de análise de dados 1

Dado 1
PLC 186/2015 (PL 2960/2015 na origem)³
Art. 1º § 5º Esta Lei não se aplica aos sujeitos que tiverem sido condenados em ação penal com decisão transitada em julgado, cujo objeto seja um dos crimes listados nos incisos I a IV do § 1º do art. 5º, ainda que se refira aos recursos, bens ou direitos a serem regularizados pelo RERCT ⁴
EMENDA DE REDAÇÃO NA COMISSÃO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL⁵
Não houve.

² BRASIL. Congresso. Senado. Plenário. Parecer de plenário nº 1181 do senador Walter Pinheiro sobre PLC 186/2015. Brasília, DF, 2015.

³ _____.Congresso. Câmara dos Deputados. Texto do PLC nº 186/2015 encaminhado ao Senado Federal. Brasília, DF, 2015.

⁴ Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária

⁵ BRASIL. Congresso. Senado. Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional. Parecer não numerado de 2015 do senador Walter Pinheiro sobre PLC 186/2015. Brasília, DF, 2015.

EMENDA DE REDAÇÃO NO PLENÁRIO⁶

Dê-se, ao art. 1º, § 5º, a seguinte redação:

“Art. 1º
 § 5º Esta Lei não se aplica aos sujeitos que tiverem sido condenados em ação penal:

- I – com decisão transitada em julgado; e
- II – cujo objeto seja um dos crimes listados no § 1º do Art. 5º, ainda que se refira aos recursos, bens ou direitos a serem regularizados pelo RERCT.”⁷

JUSTIFICATIVA

Conferimo-lhe nova redação para apenas separar, em incisos, os dois requisitos para que seja afastada a aplicação da Lei em tela, cuja cumulatividade implica a sua separação, a fim de que se tenha melhor clareza do pretendido.

EXPECTATIVA DE VETO PRESIDENCIAL⁸

Art. 1º
 § 5º Esta Lei não se aplica aos sujeitos que tiverem sido condenados em ação penal:

- I – com decisão transitada em julgado; e⁹**
- II – cujo objeto seja um dos crimes listados no § 1º do art. 5º, ainda que se refira aos recursos, bens ou direitos a serem regularizados pelo RERCT.

VETO – MENSAGEM 21/2016¹⁰

O Ministério da Fazenda manifestou-se pelo veto ao dispositivo:

Inciso I do § 5º do art. 1º

“I – com decisão transitada em julgado;”

RAZÕES DO VETO

O veto ao dispositivo impede que pessoas penalmente condenadas pelos crimes previstos no Projeto possam aderir ao Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária RERCT.

Fonte: elaboração da autora

Análise do dado 1

A emenda de redação parece inocente, pois só houve uma alteração gráfica – a divisão de um único item em dois. Porém, a justificativa para tal emenda está pouco explicativa. E, quando percebemos que havia a expectativa de veto presidencial, confirmada pouco depois, é possível concluir que essa emenda de redação foi proposta com a intenção de alterar o mérito do texto.

⁶ _____. Congresso. Senado. Plenário. Parecer de plenário nº 1181 do senador Walter Pinheiro sobre PLC 186/2015. Brasília, DF, 2015.

⁷ Deste ponto em diante, as alterações propostas no texto pelas emendas de redação serão destacadas por realce amarelo.

⁸ _____. Congresso. Senado. Plenário. Anexo não numerado ao parecer de plenário nº 1181 do senador Walter Pinheiro sobre PLC 186/2015. Brasília, DF, 2015.

⁹ Deste ponto em diante, os trechos com expectativa de veto presidencial serão destacados por negrito sublinhado.

¹⁰ _____. Mensagem nº 21, de 2016. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 jan. 2016.

Ficha de análise de dados 2

Dado 2
PLC 186/2015 (PL 2960/2015 na origem)
<p>Art. 3º O RERCT aplica-se a todos os recursos, bens ou direitos de residentes ou domiciliados no País até 31 de dezembro de 2014, incluindo movimentações anteriormente existentes, remetidos ou mantidos no exterior, bem como aos que tenham sido transferidos para o País, em qualquer caso, e que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais, como:</p> <p>.....</p>
EMENDA DE REDAÇÃO NA COMISSÃO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL
<p>Não houve.</p>
EMENDA DE REDAÇÃO NO PLENÁRIO
<p>II – Dê-se ao art. 3º, “caput”, a seguinte redação:</p> <p>“Art. 3º O RERCT aplica-se a todos os recursos, bens ou direitos de origem lícita (grifo do autor) de residentes ou domiciliados no País até 31 de dezembro de 2014, incluindo movimentações anteriormente existentes, remetidos ou mantidos no exterior, bem como aos que tenham sido transferidos para o País, em qualquer caso, e que não tenham sido declarados ou tenham sido declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais, como:</p> <p>.....”</p> <p>JUSTIFICATIVA</p> <p>No que toca ao art. 3º, o seu caput, ao referir-se ao âmbito de aplicação do Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária – RERCT, deixa de mencionar a sua aplicação exclusiva aos recursos, bens ou direitos de origem lícita (grifos do autor), como refere o art. 1º ao indicar o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação. Dessa forma, havendo no texto dois dispositivos que são conexos, repetindo a mesma ideia, e referindo-se à mesma situação, deve ser neles empregada a mesma solução redacional, sendo, assim, necessário o ajuste de redação ao art. 3º.</p>
EXPECTATIVA DE VETO PRESIDENCIAL
<p>Não houve.</p>
VETO – MENSAGEM 21/2016
<p>Não houve.</p>

Fonte: elaboração da autora

Análise do dado 2

Apesar de a justificativa para essa emenda citar apenas uma adequação terminológica, é possível perceber que a inclusão da expressão “origem lícita” modifica o teor do texto. De todo um universo de recursos, bens e direitos que foram enviados ao exterior, apenas os de origem lícita podem se beneficiar da proposta – o grupo foi restrito. O objetivo pode ter sido evitar a “lavagem de dinheiro” por meio da participação no RERCT.

Ficha de análise de dados 3

Dado 3
PLC 186/2015 (PL 2960/2015 na origem)
<p>“Art. 3º IX – joias, pedras e metais preciosos, obras de arte, antiguidades de valor histórico ou arqueológico, animais de estimação ou esportivos e material genético de reprodução animal.”</p>
EMENDA DE REDAÇÃO NA COMISSÃO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL
Não houve.
EMENDA DE REDAÇÃO NO PLENÁRIO
<p>III – Dê-se ao inciso IX do art. 3º a seguinte redação: “Art. 3º IX – joias, pedras e metais preciosos, obras de arte, antiguidades de valor histórico ou arqueológico, animais de estimação ou esportivos e material genético de reprodução animal, sujeitos a registro em geral, ainda que em alienação fiduciária. (grifo do autor)”</p> <p>JUSTIFICATIVA</p> <p>Observamos que a redação oriunda da Câmara dos Deputados trata a aplicação do RERCT a bens tais como joias, pedras e metais preciosos, obras de arte, antiguidades de valor histórico ou arqueológico, animais de estimação ou esportivos e material genético de reprodução animal, de maneira distinta da que trata os demais bens móveis, referidos no art. 3º, VII. Sendo aqueles, por definição, “bens móveis” ou mesmo “semoventes”, e para os fins de aplicação sistemática do RERCT, é indispensável, para os fins de controle e individualização dos bens a serem regularizados, que se dê a todos idêntico tratamento. Assim, em atendimento ao princípio contido no art. 11, II, “a”, da Lei Complementar nº 95, de 1998, é necessário que, para a obtenção de precisão, e se assegure a perfeita compreensão do objetivo da lei e que seu texto evidencie com clareza o conteúdo e o alcance que o legislador pretende dar à norma, seja feito o ajuste na forma.</p>
EXPECTATIVA DE VETO PRESIDENCIAL
Não houve.
VETO – MENSAGEM 21/2016
<p>O Ministério da Justiça opinou pelo veto ao dispositivo: Inciso IX do art. 3º “IX – joias, pedras e metais preciosos, obras de arte, antiguidades de valor histórico ou arqueológico, animais de estimação ou esportivos e material genético de reprodução animal, sujeitos a registro em geral, ainda que em alienação fiduciária.”</p> <p>RAZÕES DO VETO</p> <p>O dispositivo incluiria a possibilidade de regularização de bens originariamente excluídos de forma expressa do escopo do projeto de lei do Executivo. A exclusão justifica-se em decorrência da dificuldade de precificação dos bens e de verificação da veracidade dos respectivos títulos de propriedade, o que poderia ensejar a utilização indevida do Regime.</p>

Fonte: elaboração da autora

Análise do dado 3

Como o dispositivo foi vetado na íntegra, a despeito da emenda de redação que o tornou mais específico, e já havia a intenção de veto, podemos

concluir aqui que a emenda, nesse caso, não produziu alterações de sentido significativas.

Ficha de análise de dados 4

Dado 4
PLC 186/2015 (PL 2960/2015 na origem)
Art. 4º §1º II – as informações fornecidas pelo contribuinte necessárias à identificação dos recursos, bens ou direitos a serem regularizados;
EMENDA DE REDAÇÃO NA COMISSÃO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL
Não houve.
EMENDA DE REDAÇÃO NO PLENÁRIO
IV – Dê-se ao inciso II do § 1º do art. 4º: “Art. 4º §1º II – as informações fornecidas pelo contribuinte necessárias à identificação dos recursos, bens ou direitos a serem regularizados, bem como de sua titularidade e origem (grifo do autor);”
JUSTIFICATIVA A fim de assegurar-se a uniformidade do texto, impõe-se ajustar a redação do art. 4º, § 1º, II, refletindo a intenção geral da norma, que é a de que os recursos a serem regularizados sejam informados quanto a sua titularidade e origem, harmonizando-se, ainda, com o que preveem, no mesmo sentido, o inciso IV do mesmo § 1º do art. 4º e o art. 9º.
EXPECTATIVA DE VETO PRESIDENCIAL
Não houve.
VETO – MENSAGEM 21/2016
Não houve.

Fonte: elaboração da autora

Análise do dado 4

Ainda que a alteração textual não tenha sido motivada por um possível veto presidencial, percebe-se que ela provoca mudança de sentido, pois acrescenta requisitos necessários aos que querem aderir ao Regime. Os documentos exigidos antes da aprovação da emenda não seriam suficientes após o ajuste textual.

Ficha de análise de dados 5

Dado 5
PLC 186/2015 (PL 2960/2015 na origem)
<p>Art. 4º</p> <p>§1º</p> <p>III – o valor, em Real, dos recursos, bens ou direitos de qualquer natureza declarados, convertidos pela cotação do dólar fixada para venda pelo Banco Central do Brasil, para o último dia útil do mês de dezembro de 2014;</p> <p>.....</p> <p>§9º Para fins de apuração do valor do ativo em Real, o valor expresso em moeda estrangeira deve ser convertido em dólar norte-americano pela cotação do dólar fixada, para venda, pelo Banco Central do Brasil, para o último dia útil do mês de dezembro de 2014 e, em seguida, em moeda nacional pela cotação do dólar fixada, para venda, pelo Banco Central do Brasil, para o último dia útil do mês de dezembro de 2014.</p> <p>.....</p>
EMENDA DE REDAÇÃO NA COMISSÃO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL
Não houve.
EMENDA DE REDAÇÃO NO PLENÁRIO
<p>V – Dê-se ao inciso III do § 1º e ao § 9º do art. 4º, a seguinte redação:</p> <p>“Art. 4º</p> <p>§1º</p> <p>III - o valor, em Real, dos recursos, bens ou direitos de qualquer natureza declarados;</p> <p>.....</p> <p>§9º Para fins de apuração do valor do ativo em Real, o valor expresso em moeda estrangeira deve ser convertido:</p> <p>I – em dólar norte-americano pela cotação do dólar fixada, para venda, pelo Banco Central do Brasil, para o último dia útil do mês de dezembro de 2014; e</p> <p>II – em moeda nacional pela cotação do dólar fixada, para venda, pelo Banco Central do Brasil, para o último dia útil do mês de dezembro de 2014.</p> <p>.....”</p>
<p>JUSTIFICATIVA</p> <p>Também com vistas à simplificação e harmonização do texto, evitando-se repetições desnecessárias e redundantes, e a fim de assegurar melhor clareza das regras e sistematização a serem aplicadas, impõe-se adequar a redação de dispositivos que dizem respeito à mesma situação, ou seja, a forma de apuração do valor em Real dos ativos a serem regularizados.</p>
EXPECTATIVA DE VETO PRESIDENCIAL
<p>§ 9º Para fins de apuração do valor do ativo em Real, o valor expresso em moeda estrangeira deve ser convertido:</p> <p>I – em dólar norte-americano pela cotação do dólar fixada, para venda, pelo Banco Central do Brasil, para o último dia útil do mês de dezembro de 2014; e</p> <p><u>II – em moeda nacional pela cotação do dólar fixada, para venda, pelo Banco Central do Brasil, para o último dia útil do mês de dezembro de 2014.</u></p>
VETO – MENSAGEM 21/2016
Não houve.

Fonte: elaboração da autora

Análise do dado 5

Como havia a expectativa, não confirmada, de veto parcial da presidência, provavelmente a divisão do item em dois foi acordada entre os políticos – assim, seria possível vetar apenas um item e não o parágrafo todo. Logo, a emenda não foi motivada somente por ajustes redacionais.

Ficha de análise de dados 6

Dado 6
PLC 186/2015 (PL 2960/2015 na origem)
<p>Art. 4º</p> <p>§ 12. A declaração de regularização de que trata o caput não poderá ser, por qualquer modo, utilizada como único indício ou elemento para efeitos de expediente investigatório ou procedimento criminal, bem como ser utilizada para fundamentar, direta ou indiretamente, qualquer procedimento administrativo de natureza tributária ou cambial em relação aos recursos dela constantes.</p>
EMENDA DE REDAÇÃO NA COMISSÃO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL
Não houve.
EMENDA DE REDAÇÃO NO PLENÁRIO
<p>VI – Dê-se ao § 12 do art. 4º a seguinte redação:</p> <p>“Art. 4º</p> <p>§ 12. A declaração de regularização de que trata o caput não poderá ser, por qualquer modo, utilizada:</p> <p>I – como único indício ou elemento para efeitos de expediente investigatório ou procedimento criminal;</p> <p>II – para fundamentar, direta ou indiretamente, qualquer procedimento administrativo de natureza tributária ou cambial em relação aos recursos dela constantes.</p>
<p>JUSTIFICATIVA</p> <p>Visando assegurar redação mais clara, disciplinando em dispositivos específicos regras autônomas, promovendo-se, nos termos do art. 11, III, “d” da Lei Complementar nº 95, de 1998, “as discriminações e enumerações por meio dos incisos, alíneas e itens”, e evitando-se repetições desnecessárias e redundantes, é necessário o ajuste de redação proposto.</p>
EXPECTATIVA DE VETO PRESIDENCIAL
<p>§ 12. A declaração de regularização de que trata o caput não poderá ser, por qualquer modo, utilizada:</p> <p><u>I – como único indício ou elemento para efeitos de expediente investigatório ou procedimento criminal;</u></p> <p>II – para fundamentar, direta ou indiretamente, qualquer procedimento administrativo de natureza tributária ou cambial em relação aos recursos dela constantes.</p>
VETO – MENSAGEM 21/2016
Não houve.

Fonte: elaboração da autora

Análise do dado 6

Assim como no dado anterior, havia a expectativa, não confirmada, de veto parcial da presidência; então, provavelmente a divisão do item em dois foi acordada entre os políticos – desse modo, seria possível vetar apenas um item e não o parágrafo todo. Podemos concluir que a emenda não foi motivada somente por ajustes redacionais.

Ficha de análise de dados 7

Dado 7
PLC 186/2015 (PL 2960/2015 na origem)
<p>Art. 5º</p> <p>§1º O cumprimento das condições previstas no caput antes de decisão criminal transitada em julgado, em relação aos bens a serem regularizados, extinguirá a punibilidade para todos aqueles que, agindo em interesse pessoal ou em benefício da pessoa jurídica a que estiver vinculado, de qualquer modo, tenham participado, concorrido, permitido ou dado causa aos crimes previstos:</p> <p>I – no art. 1º e nos incisos I, II e V do art. 2º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, na Lei nº 4.729, de 14 de julho de 1965, e no art. 337-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal;</p> <p>II – nos arts. 297, 298, 299 e 304 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, quando exaurida sua potencialidade lesiva com a prática dos crimes previstos no inciso I;</p> <p>III – no caput e no parágrafo único dos arts. 21 e 22 da Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986; e</p> <p>IV – no art. 1º da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, e no art. 334 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, quando o objeto do crime for bem, direito ou valor proveniente, direta ou indiretamente, dos crimes previstos nos incisos I, II e III.</p> <p>§ 2º A extinção da punibilidade a que se refere o § 1º produzirá, em relação à administração pública, a extinção de todas as obrigações de natureza cambial ou financeira, principais ou acessórias, inclusive as meramente formais, que pudessem ser exigíveis em relação aos bens e direitos declarados, ressalvadas as previstas nesta Lei.</p> <p>.....</p> <p>§5º Na hipótese do inciso III do § 1º, a extinção da punibilidade será restrita aos casos em que os recursos utilizados na operação de câmbio não autorizada, as divisas ou moedas saídas do País sem autorização legal ou os depósitos mantidos no exterior e não declarados à repartição federal competente possuírem origem lícita ou forem provenientes, direta ou indiretamente, de quaisquer dos crimes previstos nos incisos I, II ou IV do § 1º.</p>
EMENDA DE REDAÇÃO NA COMISSÃO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL
Não houve.
EMENDA DE REDAÇÃO NO PLENÁRIO
<p>VII – Dê-se aos §§ 1º, 2º e 5º do art. 5º a seguinte redação:</p> <p>“Art. 5º</p> <p>§1º O cumprimento das condições previstas no caput antes de decisão criminal, em relação aos bens a serem regularizados, extinguirá a punibilidade dos crimes previstos:</p> <p>I – no art. 1º e nos incisos I, II e V do art. 2º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990;</p> <p>II – na Lei nº 4.729, de 14 de julho de 1965;</p> <p>III – no art. 337-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal;</p> <p>IV – nos seguintes arts. do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, quando exaurida sua potencialidade lesiva com a prática dos crimes previstos nos incisos I a III:</p> <p>a)297;</p> <p>b)298;</p> <p>c)299;</p>

d)304;

V – no caput e no parágrafo único do art. 21 da Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986;

VI – no caput e no parágrafo único do art. 22 da Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986;

VII – no art. 1º da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, quando o objeto do crime for bem, direito ou valor proveniente, direta ou indiretamente, dos crimes previstos nos incisos I a VI;

VIII – no art. 334 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, quando o objeto do crime for bem, direito ou valor proveniente, direta ou indiretamente, dos crimes previstos nos incisos I a VI.

§2º A extinção da punibilidade a que se refere o § 1º:

I – aplica-se a todos aqueles que, agindo em interesse pessoal ou em benefício da pessoa jurídica a que estiver vinculado, de qualquer modo, tenham participado, concorrido, permitido ou dado causa aos crimes previstos no § 1º;

II – somente ocorrerá se o cumprimento das condições se der antes do trânsito em julgado da decisão criminal condenatória.

III – produzirá, em relação à administração pública, a extinção de todas as obrigações de natureza cambial ou financeira, principais ou acessórias, inclusive as meramente formais, que pudessem ser exigíveis em relação aos bens e direitos declarados, ressalvadas as previstas nesta Lei.

§5º Na hipótese dos incisos V e VI do § 1º, a extinção da punibilidade será restrita aos casos em que os recursos utilizados na operação de câmbio não autorizada, as divisas ou moedas saídas do País sem autorização legal ou os depósitos mantidos no exterior e não declarados à repartição federal competente possuírem origem lícita ou forem provenientes, direta ou indiretamente, de quaisquer dos crimes previstos nos incisos I, II, III, VII ou VIII do § 1º."

JUSTIFICATIVA

Para que os dispositivos específicos sejam discriminados em atendimento ao art. 11, III, "c" e "d" da Lei Complementar nº 95, de 1998, e agrupados segundo ao seu objeto e pertinência temática, em ordem lógica, impõe-se o ajuste de redação proposto.

EXPECTATIVA DE VETO PRESIDENCIAL

Art. 5º A adesão ao programa dar-se-á mediante entrega da declaração dos recursos, bens e direitos sujeitos à regularização prevista no caput do art. 4º e do pagamento integral do imposto previsto no art. 6º e da multa prevista no art. 8º desta Lei.

§ 1º O cumprimento das condições previstas no caput antes de decisão criminal, em relação aos bens a serem regularizados, extinguirá a punibilidade dos crimes previstos:

I – no art. 1º e nos incisos I, II e V do art. 2º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990;

II – na Lei nº 4.729, de 14 de julho de 1965;

III – no art. 337-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal;

IV – nos seguintes arts. do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, quando exaurida sua potencialidade lesiva com a prática dos crimes previstos nos incisos I a III:

a) 297;

b) 298;

c) 299;

d) 304;

V – no caput e no parágrafo único do art. 21 da Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986;

VI – no caput e no parágrafo único do art. 22 da Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986;

VII – no art. 1º da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, quando o objeto do crime for bem, direito ou valor proveniente, direta ou indiretamente, dos crimes previstos nos incisos I a VI;

VIII – no art. 334 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, quando o objeto do crime for bem, direito ou valor proveniente, direta ou indiretamente, dos crimes previstos nos incisos I a VI.

§ 2º A extinção da punibilidade a que se refere o § 1º:

I – aplica-se a todos aqueles que, agindo em interesse pessoal ou em benefício da pessoa jurídica a que estiver vinculado, de qualquer modo, tenham participado, concorrido, permitido

ou dado causa aos crimes previstos no § 1º:

II – somente ocorrerá se o cumprimento das condições se der antes do trânsito em julgado da decisão criminal condenatória:

III – produzirá, em relação à administração pública, a extinção de todas as obrigações de natureza cambial ou financeira, principais ou acessórias, inclusive as meramente formais, que pudessem ser exigíveis em relação aos bens e direitos declarados, ressalvadas as previstas nesta Lei.

VETO – MENSAGEM 21/2016

Os Ministério da Justiça e da Fazenda solicitaram veto aos dispositivos abaixo:

Incisos V e VIII do § 1º e inciso I do § 2º do art. 5º

“V – no caput e no parágrafo único do art. 21 da Lei no 7.492, de 16 de junho de 1986;”

“VIII – no art. 334 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), quando o objeto do crime for bem, direito ou valor proveniente, direta ou indiretamente, dos crimes previstos nos incisos I a VI.”

“I – aplica-se a todos aqueles que, agindo em interesse pessoal ou em benefício da pessoa jurídica a que estiver vinculado, de qualquer modo, tenham participado, concorrido, permitido ou dado causa aos crimes previstos no § 1º;”

RAZÕES DO VETO

Os dispositivos ampliariam as hipóteses de extinção da punibilidade, acabando por alargar em demasia os efeitos penais da adesão ao Regime. Além disso, gerariam insegurança jurídica ao beneficiar indiscriminadamente terceiros, destoando dos objetivos da medida.

Fonte: elaboração da autora

Análise do dado 7

Nesse caso, já havia indicação de veto presidencial para parte de alguns itens que foram desmembrados, como “transitado em julgado”, que foi retirado do caput para reaparecer em outro item. Novamente, é muito provável que o interesse por trás dessa emenda de redação seja maior do que apenas o ajuste do texto.

Ficha de análise de dados 8

Dado 8
PLC 186/2015 (PL 2960/2015 na origem)
<p>Art. 6º Para fins do disposto nesta Lei, o montante dos ativos objeto de regularização será considerado acréscimo patrimonial adquirido em 31 de dezembro de 2014, ainda que nessa data não exista saldo ou título de propriedade, na forma do inciso II do caput e do § 1º do art. 43 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, e sobre ele sujeitará a pessoa, física ou jurídica, ao pagamento do imposto de renda a título de ganho de capital à alíquota vigente em 31 de dezembro de 2014, de 15% (quinze por cento), cuja arrecadação será compartilhada com Estados e Municípios na forma estabelecida pela Constituição Federal, especialmente nos termos do que dispõe o inciso I do seu art. 159.</p> <p>§ 1º Na apuração da base de cálculo dos tributos de que trata este artigo, correspondente ao valor do ativo em Real, não serão admitidas deduções de qualquer espécie ou descontos de custo de aquisição.</p> <p>.....</p> <p>§ 3º A regularização dos bens e direitos e o pagamento dos tributos na forma deste artigo e da multa de que trata o art. 8º implicarão a remissão dos créditos tributários decorrentes do descumprimento de obrigações tributárias e a redução de 100% (cem por cento) das multas de mora, de ofício ou isoladas e dos encargos legais diretamente relacionados a esses bens e direitos em relação a fatos</p>

geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2014, e excluirão a multa pela não entrega completa e tempestiva da declaração de capitais brasileiros no exterior, na forma definida pelo Banco Central do Brasil, as penalidades aplicadas pela Comissão de Valores Mobiliários ou outras entidades regulatórias, bem como as penalidades previstas nas Leis nºs 4.131, de 3 de setembro de 1962, e 9.069, de 29 de junho de 1995, e na Medida Provisória nº 2.224, de 4 de setembro de 2001.

.....

EMENDA DE REDAÇÃO NA COMISSÃO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Emenda nº 27 – CEDN (de redação)

Dê-se, ao art. 6º, a seguinte redação:

Art. 6º Para fins do disposto nesta Lei, o montante dos ativos objeto de regularização será considerado acréscimo patrimonial adquirido em 31 de dezembro de 2014, ainda que nessa data não exista saldo ou título de propriedade, na forma do inciso II do caput e do § 1º do art. 43 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, e sobre ele sujeitará a pessoa, física ou jurídica, ao pagamento do imposto de renda a título de ganho de capital à alíquota vigente em 31 de dezembro de 2014, de 15% (quinze por cento).

§ 1º A arrecadação decorrente do disposto no “caput” será compartilhada com Estados e Municípios na forma estabelecida pela Constituição Federal, especialmente nos termos do que dispõe o inciso I do seu art. 159.

JUSTIFICATIVA

Outrossim, consideramos necessário, por razões de técnica legislativa, efetuar ajustes redacionais aos art. 6º e 8º da proposição, com vistas a conferir-lhe redação mais adequada e melhor sistematização, sem alteração do mérito.

EMENDA DE REDAÇÃO NO PLENÁRIO

VIII – Dê-se ao art. 6º a seguinte redação:

“Art. 6º Para fins do disposto nesta Lei, o montante dos ativos objeto de regularização será considerado acréscimo patrimonial adquirido em 31 de dezembro de 2014, ainda que nessa data não exista saldo ou título de propriedade, na forma do inciso II do caput e do § 1º do art. 43 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, e sobre ele sujeitará a pessoa, física ou jurídica, ao pagamento do imposto de renda a título de ganho de capital à alíquota vigente em 31 de dezembro de 2014, de 15% (quinze por cento).

§1º A arrecadação referida no “caput” será compartilhada com Estados e Municípios na forma estabelecida pela Constituição Federal, especialmente nos termos do que dispõe o inciso I do seu art. 159.

.....

§3º Para fins de apuração do valor do ativo em Real, o valor expresso em moeda estrangeira deve ser convertido:

I – em dólar norte-americano pela cotação do dólar fixada, para venda, pelo Banco Central do Brasil, para o último dia útil do mês de dezembro de 2014; e

II – em moeda nacional pela cotação do dólar fixada, para venda, pelo Banco Central do Brasil, para o último dia útil do mês de dezembro de 2014.

.....

JUSTIFICATIVA

Mantém-se neste Parecer a alteração já aprovada pela Comissão do Desenvolvimento Nacional em sessão do dia 2 de dezembro de 2015, sendo, porém, ainda necessário o ajuste ao § 3º, resultante da reorganização do texto, a fim de contemplar-se a redação para que seja adotada a mesma solução redacional para situação idêntica, contemplada na redação supra proposta ao § 9º do art. 4º.

EXPECTATIVA DE VETO PRESIDENCIAL

Art. 6º Para fins do disposto nesta Lei, o montante dos ativos objeto de regularização será considerado acréscimo patrimonial adquirido em 31 de dezembro de 2014, ainda que nessa data não exista saldo ou título de propriedade, na forma do inciso II do caput e do § 1º do art. 43 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, e sobre ele sujeitará a pessoa, física ou jurídica, ao pagamento do imposto de renda a título de ganho de capital à alíquota vigente em 31 de dezembro de 2014, de 15% (quinze por cento).

§ 1º A arrecadação referida no “caput” será compartilhada com Estados e Municípios na forma estabelecida pela Constituição Federal, especialmente nos termos do que dispõe o inciso I do seu art. 159.

§ 3º Para fins de apuração do valor do ativo em Real, o valor expresso em moeda estrangeira:

I – deve ser convertido em dólar norte-americano pela cotação do dólar fixada, para venda, pelo Banco Central do Brasil, para o último dia útil do mês de dezembro de 2014; e

II – convertido em moeda nacional pela cotação do dólar fixada, para venda, pelo Banco Central do Brasil, para o último dia útil do mês de dezembro de 2014;

VETO – MENSAGEM 21/2016

Não houve.

Fonte: elaboração da autora

Análise do dado 8

Existia a expectativa, não confirmada, de veto parcial da presidência; então, provavelmente a divisão do item em dois foi acordada entre os políticos – desse modo, seria possível vetar apenas um item e não o parágrafo todo. Podemos concluir que a emenda não foi motivada somente por ajustes redacionais.

Ficha de análise de dados 9

Dado 9
PLC 186/2015 (PL 2960/2015 na origem)
<p>Art. 8º Sobre o valor do imposto apurado na forma do art. 6º incidirá multa de 100% (cem por cento), cuja arrecadação seguirá a destinação conferida ao imposto previsto no art. 6º, inclusive para compor o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e o Fundo de Participação dos Municípios.</p> <p>Parágrafo único. Compete à RFB¹¹ a administração das atividades relativas à operacionalização, à cobrança, à arrecadação, à restituição e à fiscalização da multa de que trata o caput.</p>
EMENDA DE REDAÇÃO NA COMISSÃO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL
<p>Emenda nº 28 – CEDN (de redação)</p> <p>Dê-se, ao art. 8º, a seguinte redação:</p> <p>“Art. 8º Sobre o valor do imposto apurado na forma do art. 6º incidirá multa de 100% (cem por cento).</p> <p>§ 1º A arrecadação decorrente do disposto no “caput” seguirá a destinação conferida ao imposto previsto no art. 6º, inclusive para compor o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e o Fundo de Participação dos Municípios.</p>

¹¹ Receita Federal do Brasil

JUSTIFICATIVA

Consideramos necessário, por razões de técnica legislativa, efetuar ajustes redacionais aos art. 6º e 8º da proposição, com vistas a conferir-lhe redação mais adequada e melhor sistematização, sem alteração do mérito.

EMENDA DE REDAÇÃO NO PLENÁRIO

IX – Dê-se ao art. 8º a seguinte redação:

“Art. 8º Sobre o valor do imposto apurado na forma do art. 6º incidirá multa de 100% (cem por cento).

§1º A arrecadação decorrente do disposto no “caput” seguirá a destinação conferida ao imposto previsto no art. 6º, inclusive para compor o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e o Fundo de Participação dos Municípios.

§2º Compete à RFB a administração das atividades relativas à operacionalização, à cobrança, à arrecadação, à restituição e à fiscalização da multa de que trata o “caput”.”

JUSTIFICATIVA

As adequações redacionais se dão nos termos já aprovados pela Comissão do Desenvolvimento Nacional em sessão do dia 2 de dezembro de 2015, com vistas a conferir-lhe redação mais adequada e melhor sistematização, sem alteração do mérito.

EXPECTATIVA DE VETO PRESIDENCIAL

Não houve.

VETO – MENSAGEM 21/2016

Os Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão manifestaram-se pelo veto ao dispositivo:

§ 1º do art. 8º

“§ 1º A arrecadação decorrente do disposto no caput seguirá a destinação conferida ao imposto previsto no art. 6º, inclusive para compor o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e o Fundo de Participação dos Municípios.”

RAZÕES DO VETO

Em razão da natureza jurídica da multa devida em decorrência da adesão ao Regime, sua destinação não deve ser necessariamente a mesma conferida à arrecadação do imposto de renda.

Fonte: elaboração da autora

Análise do dado 9

A emenda de redação propôs a divisão de um item em dois. Apesar de não haver indicação prévia de veto presidencial, podemos perceber que o veto ocorreu em um dos parágrafos criados pela emenda de redação. Como o tema é polêmico – distribuição de recursos aos Estados e municípios –, é compreensível que esse veto não fosse anunciado previamente. Podemos inferir, então, que essa emenda de redação foi movida por interesses políticos e não linguísticos.

Ficha de análise de dados 10

Dado 10
PLC 186/2015 (PL 2960/2015 na origem)
Art. 10. A RFB regulamentará o disposto nesta Lei, no âmbito de suas competências, no prazo de trinta dias, contado da data de sua publicação.
EMENDA DE REDAÇÃO NA COMISSÃO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL
Não houve.
EMENDA DE REDAÇÃO NO PLENÁRIO
<p>X – Dê-se ao art. 10 a seguinte redação:</p> <p>“Art. 10. O disposto nesta Lei será regulamentado:</p> <p>I – pela RFB, no âmbito de suas competências; e</p> <p>II – no prazo de trinta dias, contado da data de sua publicação.”</p>
<p>JUSTIFICATIVA</p> <p>Por fim, propomos ajuste redacional ao art. 10, colocando-se em incisos separados: a) a autoridade responsável pela regulamentação da Lei, que será a Secretaria da Receita Federal do Brasil; e b) o prazo em que tal regulamentação deverá editada (30 dias a contar da publicação da Lei).</p>
EXPECTATIVA DE VETO PRESIDENCIAL
<p>Art. 10. O disposto nesta Lei será regulamentado:</p> <p>I – pela RFB, no âmbito de suas competências; e</p> <p><u>II – no prazo de trinta dias, contado da data de sua publicação.</u></p>
VETO – MENSAGEM 21/2016
<p>O Ministério da Fazenda manifestou-se pelo veto ao dispositivo:</p> <p>Inciso II do art. 10</p> <p>“II – no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de sua publicação.”</p>
<p>RAZÕES DO VETO</p> <p>Em decorrência das alterações realizadas no projeto de lei original, o prazo de regulamentação seria insuficiente, o que poderia inviabilizar a execução do Regime. No entanto, estima-se a data de 15 de março de 2016 como prazo viável para a regulamentação da Lei pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.</p>

Fonte: elaboração da autora

Análise do dado 10

Já havia a expectativa de veto presidencial no dispositivo que determinava o prazo da regulamentação. Então, é possível concluir que o ajuste redacional também foi “encomendado” pelo governo – ou seja, a emenda de redação alterou o mérito da matéria.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das emendas de redação feitas no texto do PLC nº 186/2015 nos possibilitou perceber que essas emendas, ditas de redação, não são apenas destinadas à correção gramatical e à clareza gramatical. Na verdade, as emendas de redação, no caso em tela, estão sendo usadas como estratégia política – e afirmamos isso por meio do estudo morfosintático e semântico do cotexto, mas, principalmente, observando o contexto em que o projeto foi aprovado.

Podemos afirmar que a repatriação era um tema de interesse da Presidência da República à época (presidente Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores), pois o tema fazia parte do pacote de ajustes fiscais proposto pela equipe econômica do governo e o texto foi proposto ao Congresso Nacional por iniciativa do Poder Executivo. O relator da matéria na Comissão Especial de Desenvolvimento Nacional e no Plenário do Senado foi o Senador Walter Pinheiro, que era do mesmo partido da presidente da República. É sabido que se fossem oferecidas emendas “normais” ao projeto, o texto deveria retornar à análise dos deputados federais. Como o governo tinha pressa em aprovar essa medida, o mais adequado seria que os senadores aprovassem o projeto o mais rápido possível para encaminhá-lo à sanção presidencial. E, para que isso pudesse ser feito dentro da “normalidade”, os ajustes desejados precisavam ocorrer por meio das emendas de redação.

Comparando as emendas de redação oferecidas pelo relator com a expectativa de vetos da Presidência da República, divulgada antes da votação em Plenário e, posteriormente, com os vetos propriamente ditos, confirmamos que a maioria dos ajustes redacionais foi feito com o intuito de facilitar os vetos presidenciais a dispositivos indesejados. Como o veto só pode ser empregado a dispositivos em sua totalidade (uma alínea, um parágrafo, um inciso ou um artigo, por exemplo), e não apenas a pedaços do texto, foi necessária uma negociação entre os senadores para que essas emendas fossem aceitas como “de redação”.

Dos 10 itens que foram emendados “somente na redação”, 9 têm fortes interesses ideológicos mascarados; dos 10, 5 sofreram vetos – e especificamente no texto alterado. Podemos considerar que 90% de emendas de redação atendendo a

outros fins que não os puramente redacionais é uma quantidade representativa, o que nos dá segurança de afirmar que essas emendas de redação modificam intencionalmente o teor do projeto, servindo a outros interesses que não os linguísticos – nesse caso, aos políticos.

A revisão do texto legislativo – e a decisão de modificar parte dele – deveria se pautar nas normas gramaticais brasileiras e nos princípios observados pela Lei Complementar nº 95/1998, que são a clareza, a precisão e a ordem lógica, e não em interesses diversos – às vezes manifestos, às vezes ocultos.

IN THE WAR BETWEEN CO-TEXT AND CONTEXT, A LETTER MAKES THE DIFFERENCE: the wording amendments in the legislative text

ABSTRACT

The wording amendments to the legislative text have, in theory, the function of promoting redactional adjustments without changing the substance of the project. That is, they are related only to the co-text. But the analysis of the context may reveal other interests involved in the production of these amendments. This research aims to analyze whether the wording amendments to legislative texts only modify the text, without changing the text content, or promote semantic changes. Besides, it is intended to find out what ideological disputes are involved in the final drafting of a law. To do so, it was performed a qualitative analysis of the Bill nº No. 186/2015, known as the Law of Resources Repatriation, which received wording amendments in a committee and in the Senate plenary, based on concepts of the Legislative Process and Linguistics. It was observed that 9 of the 10 proposed amendments show evidence of having been motivated by motivated by non-verbal factors, mainly political. It follows, then, that the wording amendments are not proposed only for language adjustments, but serves other interests.

Keywords: Wording amendments. Legislative text. Semantics.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. **Resolução nº 17, de 1989:** Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/18847/regimento_interno_15ed.pdf?sequence=37>. Acesso em: 08 ago. 2015.

_____. Congresso. Câmara dos Deputados. **Texto do PLC nº 186/2015 encaminhado ao Senado Federal.** Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<http://www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getTexto.asp?t=183009&c=PDF&tp=1>>. Acesso em: 13 abr. 2016.

_____. Congresso. Senado. **Resolução nº 93, de 1970:** Regimento Interno do Senado Federal. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/legislacao/regs/regsfoli.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2015.

_____. Congresso. Senado. Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional. **Parecer não numerado de 2015 do senador Walter Pinheiro sobre PLC 186/2015.** Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<http://www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getPDF.asp?t=184276&tp=1>>. Acesso em: 13 abr. 2016.

_____. Congresso. Senado. Plenário. **Parecer de plenário nº 1181 do senador Walter Pinheiro sobre PLC 186/2015.** Brasília, DF, 2015. Disponível em:

<<http://www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getPDF.asp?t=185616&tp=1>>. Acesso em: 13 abr. 2016.

_____. Congresso. Senado. Plenário. **Anexo não numerado ao parecer de plenário nº 1181 do senador Walter Pinheiro sobre PLC 186/2015**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <<http://www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getTexto.asp?t=185131&c=PDF&tp=1>>. Acesso em: 13 abr. 2016.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/con1988_05.10.1988/con1988.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2015.

_____. **Lei Complementar nº 95, de 1998**. Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art.59 da Constituição Federal e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 27 fev. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp95.htm>. Acesso em: 09 maio 2016.

_____. **Lei nº 13254, de 2016**. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 jan. 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/l13254.htm>. Acesso em: 10 maio 2016.

_____. **Mensagem nº 21, de 2016**. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 jan. 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/l13254.htm>. Acesso em: 10 maio 2016.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Glossário – letra E**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/glossario/e.html>>. Acesso em: 07 ago. 2015.

CASTRO, Marcílio França. **Entre o texto e o contexto**: a técnica legislativa além da regra. Cadernos da Escola do Legislativo. Belo Horizonte, n. 7, jan./jun. 1998. p. 121-147. Disponível em: <<https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/1370/3/001370.pdf>>. Acesso em: 09 maio 2016.

DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/DLPO/>>. Acesso em: 15 maio 2016.

DICKERSON, Reed. **A arte de redigir leis**. Trad. Paulo de Castro Moreira da Silva. Rio de Janeiro: Forense, 1965.

FAULSTICH, Enilde. SANTOS, Cristiane. A desambiguação do item lexical levar: uma proposta de organização de verbete. In: ISQUERDO, Aparecida. ALVES, Ieda (org.). **As Ciências Do Léxico**: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia. Campo Grande: Editora UFMS, 2007. v. 3.

FREIRE, Natália de Miranda. **Técnica e processo legislativo**: comentários à Lei Complementar n. 95/1998. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

GUIMARÃES, Eduardo. **Os limites do sentido**: um estudo histórico e enunciativo da linguagem. Campinas: Pontes, 1995.

INFOPÉDIA. **Contexto**. Disponível em: <<http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/contexto>>. Acesso em: 17 maio 2016.

_____. **Cotexto**. Disponível em: <<http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/cotexto>>. Acesso em: 17 maio 2016.

KOCH, Ingedore. TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **A coerência textual**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 21-52.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008. p. 154-155 e 194-196.

MENDES, Gilmar Ferreira. **Questões Fundamentais de técnica legislativa**. Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado (RERE). Salvador, Instituto Brasileiro de Direito Público, n. 11, set./out./nov., 2007. Disponível em: <<http://www.direitodoestado.com/revista/RERE-11-SETEMBRO-2007-GILMAR%20MENDES.pdf>>. Acesso em: 09 maio 2016.

SENADO FEDERAL. **Portal do Senado Federal**. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 06 ago. 2015.

SENADO FEDERAL. **Glossário Legislativo – Letra E**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo#E>>. Acesso em: 09 maio 2016.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação digital. 4ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.